

Economista sugere negociar preços e manter a moratória

OLIVIER UDRY

Apesar de razoavelmente bem executado, o Plano Bresser não está alcançando o sucesso esperado. E para melhor atacar a inflação, deveria promover uma ampla negociação de preços entre empresários, trabalhadores e autoridades. Na área externa, a moratória não deve ser levantada, principalmente agora que surgem os primeiros sinais de uma crise latente na economia mundial. Essas opiniões são do economista do Cebap e professor da USP, Paul Singer, em entrevista exclusiva a **O Estado**. Apesar do cenário sombrio no Exterior, ele acredita que as grandes potências chegarão a uma modalidade de coordenação de seus interesses, mesmo porque a crise não interessa a nenhuma delas.

Como o senhor interpreta os recentes acontecimentos no Exterior?

A crise na bolsa americana já era esperada desde agosto, havia especulação demais. Ela coloca os bancos em risco, como ocorreu em 1929, mas hoje os governos intervêm e atenuam o risco de quebras importantes. Não houve perdas de riqueza material, ao contrário, tudo isso serviu de alerta para um ajuste que deverá ser feito entre os grandes países. O Brasil deveria aproveitar isso para suspender as negociações, pois qualquer acordo será rapidamente superado pelos acontecimentos e é mais importante preservar as poucas reservas que temos hoje.

Que perspectivas o senhor vê para a inflação a curto prazo?

Embora o Plano Bresser esteja sendo melhor executado do que eu esperava, considero-o apenas um intervalo na luta contra a inflação, pois suas causas estruturais não foram atacadas. Da esquerda à direita, todos acreditam que ela será alta nos próximos meses, porque a arbitragem dos preços relativos pelo governo é incorreta. Estou falando dos preços básicos da economia, como salários, juros e câmbio. No momento, ela é totalmente arbitrária. Claro que cabe ao governo arbitrar esses preços, mas com regras claras, transparentes e convicentes. Mas ele concedeu reajustes durante o congelamento e continua a impô-los sem maiores explicações. Como a inflação espelha um conflito distributivo pela apropriação da renda, os agentes econômicos não estão aceitando essa arbitragem, prova disso é a derrota na política salarial, o problema com a Autolatina, com a indústria farmacêutica, os avicultores etc. Os assalariados queriam reposição da inflação de junho e, na prática, estão conseguindo isso. A liberação de preços anunciada na senama passada é basicamente simbólica, pois o governo reconhece que não tem como administrar uma série de preços, que fogem totalmente ao congelamento. Outro erro foi decretar a URP muito baixa, pois a inflação de julho foi claramente maior do que a que o governo anunciou. Se a URP fosse de 7%, por exemplo, as pressões por maiores reajustes talvez tivessem sido menores. Mesmo assim, não creio em explosão da inflação. Vejo uma tendência de alta gradual, talvez até 10/11% em dezembro. Aí, ele pode fazer outro congelamento, mas não adiantará nada, cada vez o fôlego desse tipo de medida é mais curto. O que o governo deveria fazer é mudar sua arbitragem, negociar abertamente com empresários e trabalhadores

reajustes simultâneos e compatíveis de preços e salários depois mantê-los inalterados por um determinado período. Poderia dividir a economia em setores fundamentais e checar melhor as informações sobre custos e preços. Não adianta defasar reajustes entre preços e salários, pois o problema da corrida sempre acaba voltando. O conflito distributivo poderia até ser acirrado num primeiro momento, mas uma arbitragem bem feita, que garantisse lucro justo para permitir investimentos talvez fosse bem aceita a médio prazo pelas empresas e o governo ganharia credibilidade. Mas isso deveria ter começado quando o Cruzado ainda ia bem. Hoje, todos os conflitos de preços e salários acabam sendo empurrados para cima do Estado e ele, claramente, não tem capacidade de resolvê-los. Qualquer funcionário da burocracia estatal tem um enorme poder, de, com uma penada, causar lucros ou prejuízos enormes. É uma briga irracional que precisa acabar o quanto antes.

E a política monetária, com juros altos, está correta?

Ela é muito restritiva, pois tenta conter a demanda e a inflação. Ela começou, aliás, com o Fernão Bracher, no final de 1986, e resultou na recessão que está aí. Ela pune consumidores de bens duráveis e empresas que querem investir, ou seja, vai contra o crescimento econômico. Mas ele só pode fazer uma política monetária mais folgada se controlar a inflação. O próprio déficit público é vítima das elevadas taxas de juro: seu custo financeiro é enorme. Claro que uma redução dos gastos governamentais é necessária, pois há desperdícios absurdos. A Constituinte poderia ajudar, mas o quadro ainda está indefinido. Mas, hoje, o déficit não tem relação com a inflação, mesmo que fique em 5% do PIB como deve ficar até o final do ano. Mas não há legitimidade para aumentar a tributação e fazer os investimentos públicos que são necessários. Poupança nós temos, não precisamos de recursos externos para crescer, no máximo eles corresponderam a 5% do PIB nos anos de maior ingresso. A dificuldade maior é a credibilidade política: o presidente convoca os trabalhadores para discutir, diz que não tomará medidas sem consultá-los e faz um choque logo em seguida. O diálogo do governo com a sociedade é um verdadeiro desastre atualmente.

Que perspectiva temos na renegociação da dívida externa?

O problema vai tornar-se mais agudo por duas razões: o crescimento sufocante das taxas de juro por causa dos problemas da economia americana. Eles financiam seu déficit comercial com os juros da nossa dívida. O outro fator é o provável "basta" que os devedores vão impor conjuntamente, contra os mecanismos convencionais de renegociação. Gestos, viagens, discussões não resolveram e não resolvem. Partirão para uma negociação política de redução da dívida, pois esta é muito grande para o próprio tamanho das economias dos devedores. A moratória deve ser mantida, mesmo que acirre tensões políticas internacionais e cause eventuais problemas de financiamento de curto prazo. Mas é o ênus de uma briga do gênero, não há como fugir disso. Aliás, para que um conflito se resolva, nada melhor do que explicitá-lo claramente.